

# NOTAS

## **Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil**

### 1.<sup>a</sup> PARTE

#### Panorama geral anterior a 1930

##### CAPÍTULO XIV

###### PRIMEIRO PRESIDENTE CIVIL

Depois dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ambos naturais do Estado das Alagoas, assumiu a Presidência da República o Dr. Prudente José de Moraes Barros, chamado "o solitário de Piracibaba", embora natural da cidade de Itu, em São Paulo.

O Dr. Prudente de Moraes, na qualidade de republicano histórico e de proeminente figura política, tivera, desde os primeiros tempos do novo regime, destacada atuação nos acontecimentos nacionais, cabendo-lhe, a princípio, o governo de São Paulo, depois a presidência da Assembléa Nacional Constituinte e, a seguir, a vice-presidência do Senado Federal.

Foi nesta situação de terceira autoridade da República, segunda, aliás, na ocasião, já que a Presidência era exercida pelo Vice-Presidente Floriano, que o eleitorado o escolheu para a suprema magistratura.

Se os governos de Deodoro e Floriano se haviam caracterizado pela ascendência do militarismo, o de Prudente iria restaurar a conturbada ordem civil, o respeito às leis, a própria estrutura do regime, que ameaçava esboroar-se no descrédito internacional.

Talvez pela influência onomástica, seu governo terá sido inicialmente vacilante. Logo depois transparece, porém, o firme e resolutivo empenho de regularizar os negócios públicos, malgrado as perturbações da ordem, notadamente a chamada "guerra de Canudos", que, iniciada ainda em 1893, no Governo Floriano, se prolongou até 1897.

Assumindo a Presidência a 15 de novembro de 1894, Prudente de Moraes organizou o seguinte ministério :

*Justiça e Negócios Interiores* — Dr. Antônio Gonçalves Ferreira ;

*Fazenda* — Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves ;

*Relações Exteriores* — Carlos Augusto de Carvalho ;

*Indústria, Viação e Obras Públicas* — Eng.<sup>o</sup> Antônio Olinto dos Santos Pires ;

*Guerra* — General de Divisão Bernardo Vasques ;

*Marinha* — Almirante Elisiário José Barbosa.

Esse ministério sofreu, no decurso do quadriênio, várias modificações, que abaixo consignamos.

A 30 de agosto de 1896 foram substituídos os Ministros da Justiça e das Relações Exteriores, pelo Bacharel Alberto de Seixas Martins Tôrres e pelo Engenheiro Militar, General de Brigada Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, respectivamente.

Por motivo de enfermidade do Presidente Prudente de Moraes, exerceu o Governo da República, de 10 de novembro de 1896 a 4 de março de 1897, o Vice-Presidente Dr. Manuel Vitorino Pereira.

Durante a sua curta gestão verificaram-se, todavia, alterações no ministério. Logo a 20 do próprio mês de novembro de 1896, os Ministros da Fazenda e da Indústria, Viação e Obras Públicas foram substituídos, respectivamente, pelo Bacharel Bernardino de Campos e pelo Dr. Joaquim Duarte Murinho, o qual, mais tarde, por um pequeno período de ausência, em junho de 1897, assumiu também, interinamente, as funções do primeiro.



No dia seguinte, isto é, a 21 de novembro de 1896, dava-se a substituição do Ministro da Marinha, Almirante Elisiário Barbosa, pelo Contra-Almirante Manuel José Alves Barbosa.

A 4 de janeiro de 1897 era Alberto Tôrres que deixava o Ministério da Justiça, substituído pelo Bacharel Joaquim Xavier da Silveira Júnior, Este, entretanto, não aceitou a nomeação, investindo-se, por isso, interinamente no cargo, no dia 7 seguinte, o Ministro Bernardino de Campos, que, até o dia 19, ficou acumulando as pastas da Fazenda e da Justiça, quando se empossou, afinal, nesta última, o Dr. Amaro Cavalcanti.

Também a 4 de janeiro de 1897, deixava a pasta da Guerra o General Vasques, substituído pelo General de Brigada Francisco de Paula Argolo.

Essa verdadeira recomposição ministerial não cessaria ainda com o retorno à atividade do Presidente Prudente de Moraes, que reassumiu o governo dois meses depois, isto é, a 4 de março de 1897. Somente as pastas da Guerra e da Indústria, Viação e Obras Públicas iriam, porém, daí por diante, ver substituídos os respectivos titulares. Os das demais se manteriam nos cargos até o término do quadriênio.

Na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Dr. Joaquim Murinho foi substituído, interinamente, de 1.º de outubro a 13 de novembro de 1897, pelo General Dionísio Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores, que, durante esse período, acumulou as duas Secretarias de Estado. Na última data citada, assumiu a pasta da Viação o Bacharel Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, que nela se manteve até 28 de junho de 1898, quando lhe foi dado sucessor — o Engenheiro Militar, Marechal Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim.

Na Guerra foi o General Argolo substituído a 17 de maio de 1897 pelo Marechal Carlos Machado Bittencourt, que, de 2 de agosto a 26 de outubro do mesmo ano, foi interinamente substituído pelo General de Divisão João Tomaz da Cantuária. Este general estava fadado a ser o último Ministro da Guerra do quadriênio, pois, a 7 de novembro do mesmo ano, voltou a ser nomeado, já agora em caráter efetivo, em virtude do assassinato do Marechal Bittencourt, ocorrido na antevéspera.

A 5 de novembro de 1897, foi Prudente de Moraes alvo de um atentado, em frente ao antigo Ar-

senal de Guerra (1), quando comparecia ao cais para receber pessoalmente o corpo expedicionário do Exército, que regressava da Bahia depois da vitória de Canudos e da pacificação daquele Estado. Seria aproximadamente 1 hora da tarde e o Presidente, ladeado pelo Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, e pelo Coronel Luiz Mendes de Moraes, Chefe da sua Casa Militar, ac som do Hino Nacional, atravessava a pé o cais na direção em que se efetuaría o desembarque, quando surgiu de um grupo um militar alvejando, quase a queima-roupa, com uma garrucha, o Chefe da Nação. A arma negou fogo e Prudente de Moraes, que ia descoberto em respeito ao Hino, teve a calma de desviar com o chapéu o cano que ainda se assestava sobre a sua pessoa para uma nova tentativa. A confusão estabelecida foi enorme. O Coronel Mendes de Moraes deu uma pranchada sobre a cabeça do agressor, com o qual logo se empenharam em luta corporal o próprio Ministro da Guerra e oficiais e civis que se encontravam nas proximidades. O insensato indivíduo puxou, porém, de um canivete-punhal, ferindo logo mortalmente o Ministro da Guerra e ainda, se bem que com menos gravidade, o Coronel Mendes de Moraes, o Alferes João Manuel de Faria e uma praça de polícia. O Marechal Bittencourt, atingido por quatro punhaladas, expirou no local, sendo, afinal, o assassino preso e desarmado pelo Capitão Marcos Cúrio, do 1.º Batalhão de Infantaria.

Verificou-se, então, que o autor do atentado era o anseçada n.º 84 da 3.ª companhia do 10.º Batalhão, Marcelino Bispo de Melo, natural de Alagoas, com 24 anos de idade, ordenança do General Dr. Silva Guimarães, do Corpo de Saúde do Exército.

“Marcelino Bispo, que se suicidou (ou foi assassinado) na prisão, era apenas o mandatário de uma alta conspiração política, cujos principais autores intelectuais nunca foram entregues à justiça pública.

Foi decretado o estado de sítio, presos três senadores e quatro deputados e vários militares, tendo sido submetidos a julgamento pelo júri federal apenas alguns dos comparsas de menor importância dessa maquinação sinistra da politicalha” (2).

Os levantes militares, a campanha de Canudos, as paixões políticas desenfreadas e até mesmo essa

(1) Na ponta do Calabouço, onde hoje se encontra o Museu Histórico.

(2) MAX FLEIUS — *História Administrativa do Brasil*, 2.ª edição, pág. 487.



conspiração contra a sua segurança pessoal, jamais intimidaram o Presidente Prudente de Moraes nem conseguiram desviá-lo dos seguros rumos administrativos que se traçara. Sob o aspecto da administração, sua obra, sem modificações profundas e estruturais daquilo que já encontrara feito, sem criar novos ministérios nem reformar os existentes, é, não obstante, de subido quilate, notadamente no capítulo das finanças, que, a 15 de novembro de 1894, apontavam o Brasil à indigência entre as nações.

No governo Prudente de Moraes foram honrosamente solucionadas a nosso favor as importantes questões diplomáticas da *Ilha da Trindade* e das *Missões*, respectivamente com a Inglaterra e a República Argentina.

Entre os novos órgãos do quadriênio cumpre assinalar a criação, a 24 de outubro de 1896 (Lei n.º 403), do Estado Maior do Exército e da Intendência Geral da Guerra.

O ato administrativo de melhores conseqüências para o país foi a assinatura, a 15 de junho de 1898, do acôrdo financeiro com os banqueiros ingleses, conhecido sob a denominação de *funding-loan*.

Os magníficos frutos dêsse acôrdo não iriam, porém, sazonar nas mãos que os haviam cultivado.

Cinco meses apenas restavam de mandato a Prudente de Moraes, que, a 15 de novembro de 1898, já no Palácio do Catete, para onde mudara a sede do Governo, transmitia a Presidência da República ao seu sucessor, Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, eleito para o período 1898-1902.

Era a primeira transmissão formal que se verificava na República, dentro do espírito e da letra da Constituição.

Deodoro deixara a Presidência e Floriano a assumira em virtude de um golpe de estado. Prudente de Moraes, por sua vez, não recebera o poder das mãos de seu antecessor. O Marechal Floriano, coagido pelas circunstâncias, fizera realizar as eleições para a sua sucessão, mas, chegado o momento de passar o cargo, não se sentira com disposição de fazê-lo. Abandonara o Itamarati, que o seu sucessor encontrara deserto a 15 de novembro de 1894.

O fato não intimidou a Prudente de Moraes que, legitimamente eleito, entrou no Palácio e empossou-se a si mesmo.

A Prudente de Moraes pode ser aplicado, com todo o acêrto, nessa, como em outras ocasiões de sua vida pública, o conceito latino :

*"Suaviter in modo, fortiter in re"*.

## Fundação Getúlio Vargas

### Uma importante doação do sr. Francisco Matarazzo Junior

A Fundação Getúlio Vargas acaba de receber do conhecido industrial paulista, Conde Francisco Matarazzo Júnior, uma importante contribuição, representada pela doação, com encargo, de bens na capital do Estado de São Paulo, e pelo compromisso de contribuir anualmente, durante os cinco primeiros anos de funcionamento da instituição, com a importância de quinhentos mil cruzeiros.

A doação diz respeito à construção de um edifício na capital paulista, em terreno doado à Fundação pelo Governo estadual. Esse edifício, para cuja construção o doador despenderá até a importância de vinte milhões de cruzeiros, se destinará à instalação de cursos superiores de administração, finanças e economia, que serão mantidos pela Fundação Getúlio Vargas.

Quanto à contribuição anual de quinhentos mil cruzeiros, será destinada especialmente à forma-

ção de professôres nacionais, proporcionando à Fundação os meios necessários para isso, sobretudo o contrato de notáveis professôres estrangeiros e brasileiros.

O edifício a ser construído em São Paulo, a expensas do Sr. Francisco Matarazzo Júnior, será dotado das mais modernas instalações, tendo em vista as finalidades a que se destina. Os bens constitutivos do prédio, assim como das instalações a serem feitas e de tudo quanto no imóvel fôr colocado, como obras de arte ou de ensino, ficarão fazendo parte integrante do patrimônio inalienável da Fundação Getúlio Vargas. Sem embargo do destino especial do aludido prédio, a Fundação poderá ali instalar outros serviços correspondentes a quaisquer dos seus objetivos estatutários.

Ao assinar a escritura de doação, o Conde Matarazzo Jr. declarou que, de há muito, cogitava de